

Sociedade da Informação

PRINCIPAIS RESULTADOS |

IUTIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL, REGIONAL E CÂMARAS MUNICIPAIS 2013

| Outubro de 2014

A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) apresenta dados estatísticos atualizados com os principais resultados do Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na Administração Pública Central, Regional e Local para o ano 2013.

Como principais resultados no segmento da administração pública central, destacam-se:

Dos organismos da administração pública central 94% dispunham de ligações à Internet, com larguras de banda superiores ou iguais a 2 Mb/s (Quadro 1).

Quadro 1

Velocidade de acesso à Internet disponível nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2013
<2 Mb/s	4
≥2 Mb/s	94
≥ 2 Mb/s e <4 Mb/s	8
≥ 4 Mb/s e <8 Mb/s	11
≥ 8 Mb/s e <16 Mb/s	16
≥ 16 Mb/s e <32 Mb/s	14
≥ 32 Mb/s e <64 Mb/s	7
≥ 64 Mb/s e <128 Mb/s	22
≥ 128 Mb/s	16
Nr/Ns	2

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

A maioria (93%) dos organismos da administração pública central tinha políticas internas de acesso generalizado à Internet (Quadro 2).

Quadro 2

Políticas internas de acesso à Internet nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2013
Acesso generalizado	93
Acesso não generalizado	5
Ns/Nr	2

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Numa análise por diretrizes de acessibilidade verifica-se que 64% dos organismos da administração pública central apresentavam os seus sítios na Internet em conformidade com as normas do W3C (Quadro 3).

Quadro 3

Nível de conformidade com as diretrizes de acessibilidade do W3C* nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2013
Sítio com acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais	64
Conformidade com o nível A	30
Conformidade com o nível AA	22
Conformidade com o nível AAA	12
Sítio não acessível	30
Sem sítio na Internet	6

Nota(s):

* W3C - World Wide Web Consortium.

As diretivas visam tornar o conteúdo Web acessível a pessoas com deficiências e destinam-se a todos os criadores de conteúdo Web e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdos. Existem três níveis de conformidade Nível "A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 são satisfeitos; Nível "Duplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 e 2 são satisfeitos; Nível "Tripla-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 2 e 3 são satisfeitos

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Em 2013, 99% dos organismos da administração pública central utilizavam o correio eletrónico. Destaca-se a videoconferência como um meio também utilizado na administração pública central (40%) (Quadro 4).

Quadro 4
Equipamento informático utilizado nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2013
Correio eletrónico	99
Local Area Network (LAN)	82
Intranet	77
Rede Virtual Privada (VPN)	69
Wireless LAN	60
Wide Area Network (WAN)	45
Vídeoconferência	40
Extranet	31

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Nos principais tipos de atividades informatizadas pelos organismos da administração pública central destacam-se a troca interna de ficheiros e outra informação (95%), a difusão da informação (92%) e o registo de informação (90%) (Quadro 5).

Quadro 5
Tipo de atividades informatizadas nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2013
Troca interna de ficheiros e outra informação	95
Difusão da informação	92
Registo de informação	90
Organização da informação em bases de dados	88
Gestão financeira e administrativa	88
Processamento e tratamento de informação	87
Recolha / Receção de informação	87

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Relativamente à segurança informática, verifica-se que 97% organismos da administração pública central possuíam *software* antivírus, 90% utilizavam sistemas de *firewall* e 86% utilizavam filtros anti-spam (Quadro 6).

Quadro 6
Aplicações de segurança utilizadas pelos organismos da Administração Pública Central (%)

	2013
Software anti-vírus	97
Firewall	90
Filtros anti-spam	86
Servidores seguros (ex: recorrendo a protocolos https)	65
Backup de informação numa localização externa ao Organismo	47

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Em 2013, as plataformas mais utilizadas pelos organismos da administração pública central para realização de encomendas de bens e/ou serviços no comércio eletrónico foram, a central de compras do estado (88%), seguidamente os catálogos dos fornecedores (37%) e o correio eletrónico (25%) (Quadro 7).

Quadro 7
Plataformas utilizadas para realização de encomendas de bens e/ou serviços no comércio eletrónico nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2013
Central de compras do Estado	88
Catálogos dos fornecedores	37
Correio eletrónico	25
e-Marketplaces	14
Outras	10
Leilões	2

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Numa análise às ações de formação efetuadas em 2013, verificou-se que 7% dos trabalhadores obteve formação em áreas específicas TIC, tendo as ações de formação em TIC representado 12% do total das ações de formação efetuadas pelos organismos da administração pública central no respetivo ano (Quadro 8).

Quadro 8

Frequência de ações de formação em qualquer área e em TIC nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2013
Trabalhadores que frequentaram ações de formação em qualquer área	49
Trabalhadores que frequentaram ações de formação em TIC	7
% das ações de formação em TIC no total das ações de formação	12
% do nº de horas de formação em TIC no total de horas das ações de formação	12

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Como principais resultados da utilização das TIC na Região Autónoma dos Açores (RAA) e Região Autónoma da Madeira (RAM) destacam-se:

Todos os organismos da administração pública regional dispunham de ligação à Internet em 2013. Os organismos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores com ligações superiores ou iguais a 2 Mb/s foram 92% e 75%, respetivamente (Quadro 9).

Quadro 9

Velocidade de acesso à Internet disponível nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2013	
	Açores	Madeira
<2 Mb/s	25	8
≥2 Mb/s	75	92
≥ 2 Mb/s e <4 Mb/s	27	13
≥ 4 Mb/s e <8 Mb/s	13	11
≥ 8 Mb/s e <16 Mb/s	19	30
≥ 16 Mb/s e <32 Mb/s	12	8
≥ 32 Mb/s e <64 Mb/s	2	9
≥ 64 Mb/s e <128 Mb/s	2	13
≥ 128 Mb/s	-	8

Nota: - Dado nulo

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Numa análise por diretrizes de acessibilidade verifica-se que dos organismos da administração pública regional da Madeira e dos Açores, 40% e 58%, respetivamente, declararam que os seus sítios na Internet satisfaziam pelo menos o "nível

A" das diretrizes de acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais do W3C (Quadro 10).

Quadro 10

Organismos da Administração Regional, por nível de conformidade com as diretrizes de acessibilidade do W3C* (%)

País	2013	
	Açores	Madeira
Sítio com acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais	58	40
Conformidade com o nível A	29	26
Conformidade com o nível AA	12	9
Conformidade com o nível AAA	17	4
Sítio não acessível	38	53

Nota(s):

* W3C - World Wide Web Consortium.

As diretivas visam tornar o conteúdo Web acessível a pessoas com deficiências e destinam-se a todos os criadores de conteúdo Web e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdos. Existem três níveis de conformidade Nível "A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 são satisfeitos; Nível "Duplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 e 2 são satisfeitos; Nível "Triplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 2 e 3 são satisfeitos

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

As principais atividades desenvolvidas na Internet pelos organismos da administração pública nas Regiões Autónomas foram a procura e recolha de informação / documentação com 98%, a troca eletrónica de ficheiros (94% na RAM e 96% na RAA) e o correio eletrónico (94% na RAM e 92% na RAA) (Quadro 11).

Quadro 11

Principais atividades desenvolvidas na Internet pelos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2013	
	Açores	Madeira
Procura e recolha de informação / documentação	98	98
Correio eletrónico	92	94
Troca eletrónica de ficheiros	96	94
Comunicação externa com outros Organismos da AP	88	94
Comunicação interna entre os departamentos do Ministério	87	87
Acesso a bases de dados	92	87
Comunicação externa com empresas	88	85
Comunicação externa com cidadãos	90	83

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

A utilização de *software* de código aberto era mais expressivo no que se refere a *software* para servidores de Internet com 55% na Madeira e 21% nos Açores (Quadro 12).

Quadro 12

Organismos da Administração Pública Regional, por tipo de *software* de código aberto utilizado (%)

País	2013	
	Açores	Madeira
<i>Software</i> de código aberto para servidores de Internet	21	55
<i>Software</i> de código aberto para sistemas operativos	19	42
<i>Software</i> de código aberto para outro tipo de aplicações	8	11

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Quanto aos recursos humanos afetos a áreas TIC, verificou-se que em 2013 o nível de escolaridade mais presente nos organismos da administração pública regional dos Açores foi o Ensino Secundário (12º ano) com 43%, sendo na Madeira o Bacharelato/Licenciatura o nível de escolaridade mais representado com 47% (Quadro 13).

Quadro 13

Pessoal em TIC, por nível de escolaridade, nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2013	
	Açores	Madeira
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	-	-
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	2	-
3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	13	4
Ensino Secundário (12º ano)	43	44
Diploma de Especialização Tecnológica (CET)	5	4
Bacharelato / Licenciatura	33	47
Mestrado / Doutoramento	2	2

Nota: - Dado nulo

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Como principais resultados da utilização das TIC pelas Câmaras Municipais em 2013 destacam-se:

A quase totalidade (99%) das Câmaras Municipais dispunha de ligações à Internet, com larguras de banda superiores ou iguais a 2 Mb/s (Quadro 14).

Quadro 14

Velocidade de acesso à Internet disponível nas Câmaras Municipais (%)

	2013
<2 Mb/s	1
≥2 Mb/s	99
≥ 2 Mb/s e <4 Mb/s	3
≥ 4 Mb/s e <8 Mb/s	8
≥ 8 Mb/s e <16 Mb/s	30
≥ 16 Mb/s e <32 Mb/s	28
≥ 32 Mb/s e <64 Mb/s	7
≥ 64 Mb/s e <128 Mb/s	16
≥ 128 Mb/s	6

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais.

Numa análise por diretrizes de acessibilidade verifica-se que 51% das Câmaras Municipais declararam que os seus sítios na Internet satisfaziam pelo menos o “nível A” das diretrizes de acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais do W3C, sendo de realçar ainda que 15% das Câmaras Municipais declararam que os seus sítios na Internet satisfaziam o “nível AA” e 8% o “nível AAA” (Quadro 15).

Quadro 15

Nível de conformidade com as diretrizes de acessibilidade do W3C* no sítio das Câmaras Municipais (%)

	2013
Sítio com acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais	51
Conformidade com o nível A	29
Conformidade com o nível AA	15
Conformidade com o nível AAA	8
Sítio não acessível	49

Nota(s):

* W3C - World Wide Web Consortium.

As diretivas visam tornar o conteúdo Web acessível a pessoas com deficiências e destinam-se a todos os criadores de conteúdo Web e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdos. Existem três níveis de conformidade Nível "A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 são satisfeitos; Nível "Duplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 e 2 são satisfeitos; Nível "Tripló-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 e 2 e 3 são satisfeitos

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Os serviços ou funcionalidades mais disponibilizados pelas Câmaras Municipais na Internet foram: *download* de formulários (97%), correio eletrónico para sugestões ou reclamações (87%), processos de consulta pública pela Internet (85%), subscrição de *newsletters* pela Internet (78%) e sistemas de Informação geográfica / mapas interativos (69%) (Quadro 16).

Quadro 16

Serviços ou funcionalidades disponibilizadas no sítio da internet das Câmaras Municipais (%)

	2013
Download de formulários	97
Correio eletrónico para emissão de sugestões e reclamações	87
Processos de consulta pública (ex. PDM)	85
Subscrição de newsletters	78
Sistemas de Informação geográfica / mapas interactivos	69
Serviços de biblioteca online (ex. consulta de títulos / disponibilidades, etc.)	47
Pedido de recolha de lixo, limpeza de ruas	47

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Em 2013, o tipo de aquisições mais efetuadas pelas Câmaras Municipais que utilizam comércio eletrónico para realizar encomendas foram as empreitadas/obras (75%), aquisição de *software* e

hardware (74%) e a aquisição de bens de economato (72%) (Quadro 17).

Quadro 17

Tipo de aquisições efetuadas pelas Câmaras Municipais que utilizam comércio eletrónico para realizar encomendas (%)

	2013
Empreitadas / Obras	75
Software, hardware	74
Economato	72
Consumíveis informáticos	71
Serviços de informática	62
Serviços de telecomunicações e transferência de dados	58
Refeições (ex., para cantinas sociais e escolares)	47

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Nas Câmaras Municipais que indicaram dispor de uma estratégia definida para o desenvolvimento de TIC, destacaram-se como principais áreas abrangidas a infraestrutura TIC (63%), as políticas de segurança em TIC (61%) e os serviços ao cidadão via internet (60%) (Quadro 18).

Quadro 18

Áreas abrangidas pela estratégia para o desenvolvimento de TIC nas Câmaras Municipais (%)

	2013
Infra-estrutura TIC	63
Política de segurança relativa a TIC	61
Serviços ao cidadão via Internet	60
Formação e/ou certificação em TIC	40
Compras via Internet ou outras redes eletrónicas (e-Commerce)	30

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Numa análise às dificuldades sentidas pelas Câmaras Municipais na implementação de TIC destacaram-se em 2013 a escassez de recursos financeiros (88%), a resistência à mudança (66%) e a falta de formação (63%) (Quadro 19).

Quadro 19

Tipo de dificuldades sentidas na implementação de TIC nas Câmaras Municipais (%)

	2013
Escassez de recursos financeiros	88
Resistência à mudança	66
Falta de formação	63
Falta de técnicos de informática	58
Problemas de gestão	37

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Em 2013, ao nível dos recursos humanos afetos às atividades TIC nas Câmaras Municipais, verificou-se que a maioria (42%) do pessoal em TIC possuía o nível de escolaridade ensino secundário (12º ano), surgindo de seguida o nível de escolaridade bacharelato / licenciatura com 38% (Quadro 20).

Quadro 20

Pessoal em TIC, por nível de escolaridade, nas Câmaras Municipais (%)

	2013
1º Ciclo / 2º Ciclo do Ensino Básico (4º ano / 6º ano)	0
3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	6
Ensino Secundário (12º ano)	42
Diploma de Especialização Tecnológica (CET)	10
Bacharelato / Licenciatura	38
Mestrado / Doutoramento	3

Nota: 0 - Dado inferior a metade da unidade utilizada (< 0,5)

Fonte(s): DGEEC/MEC, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais

Metodologia (síntese):

O Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação na Administração Pública Central, Regional e Câmaras Municipais 2013 foi realizado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) com a colaboração do Serviço Regional de Estatística dos Açores e da Direção Regional de Estatística da Madeira. Trata-se de um inquérito censitário que se enquadra no desenvolvimento das estatísticas da Sociedade da Informação, realizado anualmente.

Este inquérito tem em vista a observação regular da disponibilidade e da utilização de tecnologias da informação e da comunicação na Administração Pública Central, Regional e Câmaras Municipais e abrange todo o território nacional – Continente, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A informação foi recolhida diretamente das unidades inquiridas, através de um questionário eletrónico (WebInq), e decorreu entre os meses de Outubro e Fevereiro de 2014. O período de referência dos dados é o momento da inquirição, exceto os relativos aos recursos humanos e ao comércio eletrónico que se reportam a Dezembro do ano anterior ao de referência.

Para mais informação consulte o Portal da DGEEC em www.dgeec.mec.pt no tema Sociedade da Informação.

Nota Final:

Em algumas tabelas apresentadas, a soma dos valores poderá não equivaler a 100% devido ao arredondamento das percentagens à unidade.